



Uma análise do novo movimento social afro em Ilhéus, BA, no contexto das “indústrias criativas” como modelo de desenvolvimento turístico local

Sandro Campos Neves (sandrocamosneves@yahoo.com.br)*
Sócrates Jacobo Moquete Guzmán (socrates@uesc.br)**

Resumo

Este trabalho estuda o caso relacionado à ação do movimento afro-cultural de Ilhéus e sua relação com o modelo de indústrias criativas proposto pelo Estado e com as novas ONGs na construção de um modelo de desenvolvimento turístico local para a Bahia, e Ilhéus em específico. A indústria criativa refere-se a um modelo de desenvolvimento local surgido em Londres, consistente em atividades que produzem e comercializam discursos, sons, imagens, artes e qualquer outra capacidade ou hábito adquirido pelo homem na sua condição de membro da sociedade. Discutimos aqui vários problemas que se originam na análise da simples transposição desse modelo para uma realidade local caracterizada por imensas desigualdades sócio-econômicas. Através de um trabalho de campo de caráter qualitativo realizado entre grupos afro do município de Ilhéus se busca analisar as mudanças no papel a desempenhar pelo movimento social negro em sua relação com as ONGs e com a realidade neoliberal, situação que parece restringir as propostas de mudança política e social defendidas em sua origem por esses novos movimentos sociais.

Palavras-chave: Movimento Afro-Cultural; indústrias criativas; desenvolvimento turístico local; novos movimentos sociais.

Abstract

This work studies the case related to the action of the afro-cultural movement of Ilhéus and its relation with creative industries model proposed by the State and new NGOs in the construction of a model of local tourist development for Bahia, and the city of Ilhéus specifically. The creative industry mentions a model to it of first developed local development in London, and consists in activities that produce and commercialize speeches, sounds, images, arts and any another capacity or habit acquired for the man in its condition of member of the society. This paper discuss some problems that originate in the analysis of the simple transposition of this model for a local reality characterized by immense partner-economic inequalities. In addition, we analyze the changes in the black social movement role and its relation with the NGOs and the neoliberal reality, situation that seems to restrict the proposals to defended social politics change and in its origins, these new social movements.

Key-words: Afro-Cultural Movement; creative industries; local touristic development; new social movements.



Introdução

Os chamados novos movimentos sociais no Brasil apresentam duas características marcantes: por um lado, uma nova relação com o sujeito político que apresenta mudanças de características e, por outro, novas formas de atuação na sociedade. Essas se inserem num processo que tem sido chamado por alguns autores de "onguização" da sociedade civil (Silva, 2004), que corresponde à proliferação de organizações não-governamentais (ONGs), chamadas de terceiro setor (Gohn, 2000), ocupando espaços descuidados pelo Estado e produzindo novas relações entre os movimentos sociais e a sociedade civil.

Nesse trabalho serão abordadas as relações estabelecidas entre os novos movimentos sociais, as ONGs e o modelo chamado de indústrias criativas, na construção de uma proposta de desenvolvimento local no estado da Bahia baseada no turismo. Essas relações se desenvolvem no bojo de um processo que se apóia na tese proposta pelo governo estadual – de que o desenvolvimento econômico da Bahia pode ter como mola propulsora o turismo com base na idéia de diversidade cultural – propagada sob a bandeira das chamadas indústrias criativas. Procura-se observar de que forma tal tentativa de desenvolvimento local tem sido gerida na cidade de Ilhéus – BA. Utilizando como método a observação participante junto aos grupos afro locais que trabalham com uma proposta próxima ao conceito de indústrias criativas e também a partir de pesquisa documental a respeito do desenvolvimento e da atuação desses grupos, procura-se analisar algumas razões que podem ser apontadas para explicar a dificuldade de alcançar o proposto objetivo do desenvolvimento local. Para empreender tal análise, lançou-se mão, nesse trabalho, de uma abordagem qualitativa, incluindo o trabalho de campo, entrevistas semi-estruturadas e pesquisa documental relativa aos movimentos negros em Ilhéus e sua associa-

ção com a perspectiva do desenvolvimento turístico local.

O novo sujeito político e as ONGs do terceiro setor: o surgimento de uma nova conjuntura

Autores como Pinto (2005) diagnosticam, desde a década de 90 do século passado, no mundo contemporâneo, um processo de esgotamento do sujeito político construído pela modernidade. Nesse sentido, e concomitantemente a esse processo, o sujeito político na atual sociedade brasileira apresenta mudanças de características que são resultantes tanto da globalização da economia quanto das próprias condições sociais dos países da América Latina. Essas mudanças são reflexos da hegemonia da ideologia neoliberal na gestão econômica e social de alguns dos mais importantes países do mundo. Segundo Pinto (2005, p.4), sobre a noção liberal de sujeito político:

Faz-se necessário enfatizar que sua existência supõe uma rígida distinção entre o público e o privado: o sujeito político só existe enquanto tal na esfera do público. Este espaço é o que constrói a falsa igualdade, e no qual as diferenças historicamente sedimentadas devem ser subsumidas em favor de um sujeito sem sexo, sem etnia, sem idade, de um sujeito com idéias universais capazes de contemplar a todos, independentemente de suas diferenças, que ficam na esfera do privado.

Tal noção de sujeito político tem origem no pensamento liberal, mas é com a ascensão do neoliberalismo que ela ultrapassa o estreito espaço do processo político e passa a exercer efeitos sobre o conjunto da sociedade civil não envolvido nas formas tradicionais de fazer política. Essa idéia de um sujeito político universalista, por um lado, exclui do processo político a reivindicação das diferenças como atitude política válida e, por outro, esvazia o espaço público na medida em que a política se torna um processo técnico de gestão econômico-administrativa.

* Graduado em Turismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Mestre em Cultura e Turismo pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Doutorando em Antropologia pela Universidade Federal da Bahia.

** Doutor em Ciência Política, professor adjunto do Departamento de Economia da UESC.

A crise do sujeito político moderno torna-se mais aguda devido a algumas mudanças resultantes do processo de globalização, bem como da hegemonia da versão neoliberal do capitalismo no mundo. Essas mudanças são, por um lado, a diminuição da esfera pública ou a mudança das fronteiras entre público e privado como sugere Pinto (op.cit.), uma vez que o espaço do Estado tem sido cedido para agentes de capital privado. Por outro lado, a publicização da esfera privada, em que as diferenças culturais historicamente construídas dos sujeitos se tornam armas na disputa política, com grupos buscando afirmar suas diferenças como forma de garantir um melhor posicionamento nas relações de poder, assim como indicadores de suas necessidades específicas. Portanto, o sujeito político nascido da modernidade se esgota por excesso, ao lhe serem negados direitos universais pelo neoliberalismo, e se esgota por falta, ao permanecerem restrições na categoria de cidadão liberal que é fechada, como afirma Pinto (2005, p.5):

O cidadão é um espaço fechado e circular de significados, em que não cabe sexo, cor, idade ou preferência sexual. A isto corresponde a incompetência do sistema político e de suas instituições em incorporar estas novas lutas. Incompetência esta que, fique bem claro, faz parte da própria natureza assumida por estas instituições no mundo contemporâneo. Isto significa dizer que o surgimento de novas identidades não ameaça obrigatoriamente as instituições políticas democráticas, mas sim ameaça as instituições tais como elas estão constituídas, nas quais a antiga e severa divisão entre o público e o privado é fundamental para a manutenção e reprodução das mesmas.

Esse duplo processo de esgotamento do sujeito político sob a globalização fez com que vários grupos ou segmentos sociais reagissem e se colocassem numa perspectiva reivindicatória de alteridade, valorizando no processo político a diferença cultural como indicadora de uma diferença de necessidades

e desejos. Essa nova visão do processo político ocasionada como reação ao esgotamento do espaço público é o que tem sido chamado de Novos Movimentos Sociais. No entanto, como visto, a noção liberal hegemônica de sujeito tende a um universalismo abstrato em que a reivindicação de diferença parece soar como reivindicação de privilégios para os neoliberais e de fragmentação da luta "principal" para os movimentos de esquerda tradicional.

Nesse mesmo processo, percebe-se a proliferação em larga escala de Organizações Não Governamentais (ONGs) que atuam nos espaços anteriormente atendidos pelo Estado e que, em virtude de seu abandono, passam a ser ocupados por organizações sociais no atendimento de necessidades da sociedade. Além da sua maior proliferação outra importante mudança no perfil dessas organizações está em curso na sociedade e terá importantes desdobramentos no processo de fomento das indústrias criativas como proposta de desenvolvimento local.

No bojo desse duplo processo de esgotamento do sujeito político, aparece uma mudança de característica nos novos movimentos sociais, que é o novo formato das ONGs. Segundo Gohn (2000, p.92), "na entrada do novo milênio as ONGs tendem a assumir funções propositivas e se apresentam com identidade própria." O que se quer dizer com funções propositivas é que as ONGs passam, na atualidade, a ser organizações mais pragmáticas, resultantes da diminuição do espaço do público e orientadas pela lógica de mercado na obtenção de resultados para suas reivindicações. Ainda segundo Gohn (2002, p.298), deve-se destacar duas características importantes relativas às mudanças de conjuntura na globalização que influenciam tanto na formação e dinâmica do novo sujeito político quanto no formato das novas ONGs.

1. A crise econômica levou a uma diminuição dos empregos na economia formal. Milhares de pessoas passaram para a economia

informal. Nela, dada a instabilidade e as incertezas, exigem-se jornadas mais longas de trabalho, o que retira parte do tempo disponível das pessoas para participar de mobilizações.

2. As políticas econômicas dão suporte às atividades na economia informal, favorecendo oportunidades para a abertura de negócios que contratam mão-de-obra com custos mais reduzidos, não-afiliada a sindicatos, sem direitos sociais etc. A produção semi-artesanal, muitas vezes ocorrendo na própria unidade doméstico-familiar, passa a ocorrer num cenário dominado pela fragmentação e pulverização das atividades produtivas e relações sociais em geral.

Essas características apontadas pela autora como responsáveis pelo perfil das novas ONGs são também características de mudanças sociais latino-americanas e de mudanças no perfil do sujeito político moderno. A partir do ponto em que o sujeito político passa a ter menos tempo e espaço para suas manifestações e que as atividades produtivas são jogadas majoritariamente à informalidade, se instauram nas novas ONGs e nos novos movimentos sociais práticas e lógicas de mercado na sua atuação frente à sociedade. Assim, as novas ONGs, dentro da perspectiva neoliberal hegemônica, passam a exercer um papel muito mais ligado ao atendimento de demanda por políticas sociais do que à reivindicação e mobilização social características de setores organizados da sociedade. Assim, ainda segundo Gohn (2000, p.97):

Os indivíduos tornam-se clientes consumidores de políticas sociais que perdem seu caráter universalizante – de direito social – e adquirem caráter de políticas compensatórias. À medida que as entidades do terceiro setor se respaldam numa lógica de mercado, a demonstração de sua utilidade dependerá da apresentação de seus resultados. Portanto, quanto mais clientelas atenderem, mais necessárias elas se farão.

Por esse mesmo processo, com algumas diferenças de intensidade, têm passado os

chamados grupos afro-culturais ou blocos afro da Bahia. Tais grupos, oriundos do movimento negro tradicional como o MNU (Movimento Negro Unificado), apresentam uma proposta de movimento afinada com a proposta dos novos movimentos sociais. Essas propostas apontam para uma intervenção ancorada na perspectiva da diferença cultural como índice indicativo de uma diferença de necessidade. Esse novo movimento negro na Bahia tecerá várias relações com a idéia de indústria criativa, através do turismo, até sofrer uma nova tentativa de apropriação pelo Estado, agora interessado nos recursos proporcionados pelo turismo.

O movimento afro-cultural da Bahia, as relações com o Estado e o caso de Ilhéus: a “onguização” da sociedade

O chamado movimento afro-cultural de Ilhéus, como demonstrado por Silva (2004), nasceu na esteira de um movimento chamado por Risério (1981, p.36) de movimento de reafrikanização do carnaval de Salvador. Risério destaca que:

[...] a “reafrikanização” de que falo não é simplesmente carnavalesca. Trata-se de um processo bem mais geral: o da “reafrikanização” da vida baiana (e brasileira; a particularização vai por conta da perspectiva regional aqui adotada). “Reafrikanização” que está tendo, no carnaval, seu clímax, sua expressão mais densa e colorida, mas que de modo algum se resume aí.

Esse movimento, que tem sua expressão maior nos blocos afro e afoxés do carnaval de Salvador, torna-se, na verdade, um novo tipo de movimento negro, com um caráter mais voltado para a produção cultural como instrumento de luta política, ao contrário do movimento negro mais tradicional composto por, entre outros, o MNU (Movimento Negro Unificado), grupos que tinham um caráter mais marcado pela intervenção política tradicional.

No entanto, nesse movimento – por motivos entre os quais se destacam as mudanças

conjunturais anteriormente citadas em relação ao papel do novo sujeito político juntamente com conjunturas locais, não só políticas, mas também ligadas à produção de um espaço artístico para esses grupos no mercado nacional – se produziu um processo de “onguização” dos grupos ligados ao novo movimento negro. Esses grupos que têm como maiores expoentes midiáticos os blocos Olodum e Ilê Ayê, assumiram, para além do carnaval, o formato de ONGs, aglutinando demandas por políticas sociais e também produzindo formas de inclusão no mercado de trabalho para além do mercado artístico, muito restrito para o tamanho de sua demanda. Assim, criaram-se diversos projetos sociais a partir desses grupos que buscam desde a qualificação de mão-de-obra até o atendimento de crianças consideradas em situação de risco social.

Em Ilhéus produziu-se, na esteira do movimento de Salvador, um movimento afro-cultural baseado na mesma idéia de valorização da cultura negra como instrumento de luta política e que, por formas diversas, tornou-se também um processo, tanto de produção de ONGs regulamentadas, como também, da “onguização” dos chamados blocos ou grupos afro-culturais. Os principais blocos afro do município de Ilhéus nasceram a partir da notoriedade alcançada por grupos de Salvador e também, como demonstrado por Silva (2004), a partir de um desejo de diferir, proposta que se adequa à idéia dos novos movimentos sociais.

O processo de “onguização”, no caso desses grupos, acontece na esteira da lógica de Estado local, de corte neoliberal, em que o poder público não se responsabiliza pela manutenção de espaços de expressão cultural e nem pela garantia de certos direitos sociais básicos para a digna sobrevivência de uma população majoritariamente negra no município.

Assim, no período de 1995 a 2006, abrangido pela pesquisa documental e nos anos de 2005 e 2006, quando foi desenvolvida a pesquisa de campo, percebe-se em Ilhéus a atuação

do Estado no sentido de eximir-se de responsabilidade no setor da cultura e também na sua falta de ação relativa às necessidades do movimento afro-cultural no município. Podem ser verificados exemplos desse tipo de comportamento tanto em jornais locais que noticiaram o fechamento de um centro cultural voltado para a cultura negra (*A Região*, 26 fev. 2005) quanto nas próprias atas de reuniões do poder legislativo municipal, que demonstram que a perspectiva do poder público local é de que tais movimentos pertencem à esfera do privado e não são objeto de preocupação do poder municipal.

No entanto, diante da perspectiva de um espaço público que se torna cada vez mais exíguo e menos sensível às demandas sociais e com uma sociedade em que os movimentos sociais e as ONGs militantes têm perdido espaço, o processo de “onguização” do movimento afro-cultural de Ilhéus torna-se uma característica marcante. Esse processo, como demonstrado, é correlato a um processo originário de Salvador, como o próprio movimento afro-cultural. Deve verificar-se então que esse movimento de “onguização” não acontece apenas com a criação de novas organizações, mas também com redefinições no papel dos próprios grupos.

Em Ilhéus, o grupo tomado como objeto principal dessa pesquisa, o grupo afro-cultural Dilazenze, nasceu na década de 80, muito tributário dos dois fluxos históricos da capital já descritos, a relevância midiática atingida pelos grupos afro e também a necessidade de produzir um novo movimento social capaz de lidar com as características da contemporaneidade. Embora seja apenas um dos vários grupos de Ilhéus, a trajetória que se pretende narrar do Dilazenze é simbólica do processo pelo qual passam todos os grupos da região e vários grupos similares no estado da Bahia.

Assim, o Dilazenze é um grupo afro que atende à questão da produção e manifestação cultural, sendo um espaço para a articulação

de grupos das classes mais pobres para a intervenção cultural, através do carnaval, mas também na vida cotidiana, sendo um espaço de aglutinação da perspectiva de uma subjetividade cultural negra na cidade de Ilhéus. O grupo é composto por um corpo de baile, que trabalha com balé afro, um grupo de percussão, basicamente de samba-reggae, a música oficial do carnaval dos blocos afro e também trabalha, embora de forma não tão perene, com teatro e outros tipos de dança e música, além de outras atividades artístico-culturais que envolvem a idéia de cultura negra. O grupo é também um espaço de articulação de intervenção política da comunidade à qual pertence, o bairro da Conquista, e já foi descrito, tanto por suas lideranças, quanto por pessoas do bairro, como um "tipo de associação de bairro". Através de sua atuação como representante da comunidade, o Dilazenze acaba obtendo bastante destaque na cidade e, com a atuação articulada a outros grupos afro da cidade, compõe o Conselho de Entidade Afro-Culturais de Ilhéus (CEAC), que tem como objetivo principal articular um espaço de intervenção política e cultural desses grupos diante das autoridades estabelecidas e da sociedade civil na cidade. Através desse conselho é que os grupos organizam, por exemplo, sua atuação no receptivo turístico municipal, uma instância articulada pelo poder público com a intenção de apresentar aos turistas da cidade as manifestações culturais "típicas" de Ilhéus.

No bojo desse processo político, o Dilazenze criou, há cerca de oito anos, um projeto social denominado Batukerê, que trabalha com crianças tidas como em situação de risco social, enfatizando no trabalho, principalmente, a idéia de valorização da cultura negra e também o atendimento de demandas sociais de educação e profissionalização. Esse projeto social inspirou-se em modelos semelhantes desenvolvidos pelos grupos de Salvador e têm como característica uma intervenção diferen-

ciada em relação às antigas organizações, tornando um formato mais propositivo e atuando no sentido de cumprir funções anteriormente pensadas como papel do Estado. No entanto, segundo um dirigente do grupo, a ênfase na valorização cultural tem também um sentido político:

Nós usamos nossa dança, nossa música, nossa arte como forma de atingir a classe que nós queremos, que é a dos afro-descendentes. Ou seja, nós lutamos com as armas que temos. (Entrevistado Movimento Negro)

A despeito desse sentido abertamente político da intervenção com base na cultura, deve-se destacar que o movimento originado com os grupos afro de Salvador e que se irradiou para Ilhéus teve também um forte acento artístico-recreativo. Essa característica é justamente uma das quais vai fazer com que o movimento negro em Ilhéus passe a dialogar com o formato de indústrias criativas que será visto mais à frente.

Por outro lado, o mesmo grupo que atua com a idéia de um movimento político através da cultura e da arte é o criador do supracitado projeto social que, através de oficinas culturais, aulas de reforço e eventuais cursos profissionalizantes, atua como ONG, buscando suprir uma demanda por políticas sociais fora da esfera do Estado.

Durante o ano de 2005, em que a prefeitura municipal de Ilhéus fechou um centro afro-cultural local, utilizando para tanto a justificativa de que tal centro não atendia a expectativa da prefeitura em relação ao turismo, criou-se, a partir do movimento negro local, uma ONG para substituí-lo. Tal organização, denominada Gongombira, nasceu com o intuito de se tornar aquilo que se almejava que o antigo centro cultural fosse: um ponto de referência para a militância do movimento negro local. No entanto, essa organização rapidamente passou a ser atraída para o mercado artístico criado pela mediatização de grupos como o Olodum de Salvador, que abriram espaço no mercado fo-

nográfico, e de eventos na região para grupos afro. A organização foi inicialmente contratada pela prefeitura municipal de Ilhéus para realizar apresentações para turistas de transatlânticos que aportavam na cidade, mais tarde sendo contratada pela prefeitura municipal de Itacaré – BA para realizar diversos eventos turísticos na região. A ONG, que até então tinha uma forte conotação de estrutura para organização política do movimento negro, passa a contar com uma banda percussiva e com um grupo de balé afro. Tal situação é expressão do processo de “onguização” da sociedade e também da modificação no sentido de ONG nesse novo contexto de globalização. Nesse sentido, a questão não é que a ONG não cumpria o papel que era dela esperado, mas que no novo contexto criado, a ONG abrangia funções antes não pensadas, como ser uma instância de articulação de atividades artístico-culturais e, assim, ser também fonte de emprego.

Indústrias criativas e desenvolvimento local: os grupos afro e suas relações com o Estado

Mostrou-se anteriormente que os grupos do movimento afro-cultural da Bahia passaram a dialogar com o formato ONG em razão da retirada do investimento do Estado no setor cultural. Torna-se necessário, agora, demonstrar de que forma tais grupos passaram a dialogar com a idéia de indústrias criativas.

Como foi visto, é com a ascensão do neoliberalismo e das lutas dos novos movimentos sociais na década de 1960 nos Estados Unidos, que a noção liberal de sujeito político ultrapassa o estreito espaço do processo político tradicional e atinge a esfera da produção cultural. Mais recentemente, na Inglaterra dos anos 80, durante a gestão Thatcher, é que vários grupos culturais locais, deixados de lado como prioridade de investimento do Estado, encontram maneiras próprias de se sustentar sem depender do investimento público. A partir

da experiência desses grupos ingleses, entre outros, surge a bandeira das indústrias criativas. Segundo Warnier (2000, p.19), as indústrias criativas definem-se como:

[...] as atividades industriais que produzem e comercializam discursos, sons, imagens, artes e qualquer outra capacidade ou hábito adquirido pelo homem na sua condição de membro da sociedade.

Tal definição de indústrias criativas implica alargar o campo de atuação de tais atividades incluindo, entre outras coisas, a fotografia, o espetáculo e o turismo de massas. É justamente a partir das duas últimas atividades que se desenvolverá o raciocínio aqui analisado de que o desenvolvimento econômico da Bahia poderia ter como mola propulsora o turismo baseado na diversidade cultural local.

Segundo Ricci (2005), as indústrias criativas respondem hoje por cerca de 1,3 milhões de postos de trabalho no Reino Unido e crescem a uma taxa de 5% ao ano, gerando cerca de 112 bilhões de libras anualmente. Recentemente, a ONU realizou em Salvador um fórum para a discussão a respeito da criação de um Centro Internacional de Indústrias Criativas, visando o fortalecimento econômico do setor. Baseando-se nesse movimento mundial e aproveitando a atenção recebida não apenas nesse momento, mas também anteriormente, é que o governo do Estado da Bahia vem tentando investir novamente no setor, na perspectiva de criar uma alternativa de desenvolvimento econômico.

A partir dessa estratégia do governo do estado, os grupos do movimento afro-cultural sofreram recentemente, principalmente com sua ascensão midiática, uma tentativa de reapropriação pelo Estado na tentativa de formatar produtos turísticos diferenciados. A proposta de desenvolvimento local capitaneada pelo governo estadual da Bahia a partir dos anos 80 do século passado tinha como foco o investimento no turismo aproveitando a grande projeção midiática que a Bahia

havia alcançado com a novela *Gabriela* em 1975 e também a facilidade de acesso advinda da construção da BR 101 (Almeida, 2001, p.4). Esse investimento se incrementa ainda na mesma década, com a projeção alcançada por grupos afro como o Olodum e o Ilê Ayê na mídia nacional e volta a tomar vigor recentemente, como visto, com a atenção recebida de órgãos internacionais e com a criação de projetos como o da Escola Criativa do Olodum. Todos esses processos são apropriados pelo governo estadual na propaganda de turismo da região, na qual cresce a participação e a representação de grupos de cultura negra, embora se deva destacar que essa foi sempre uma das estratégias para diferenciar o “destino Bahia”, sua vinculação com a cultura negra. Esse incremento da participação dos grupos é fruto da perspectiva de que, fomentando o interesse turístico, se poderia alcançar tanto o aumento do fluxo turístico na região quanto a auto-sustentação econômica dos grupos, dispensando o Estado de qualquer obrigação.

Na bibliografia tradicional sobre o papel do Estado no desenvolvimento do turismo, se destaca a necessidade de uma perspectiva intervencionista, com o Estado atuando na busca do atendimento do “bem comum” (Beni, 2000). Essa perspectiva, que foi um dos corolários da atuação do Estado na década de 70 de orientação nacional-desenvolvimentista, além de autoritária – embora o sentido de “bem comum” seja algo que esteja sempre em disputa – se rompe a partir da hegemonia da lógica neoliberal e também a partir do crescimento da atividade turística. Com o crescimento da atividade e com a nova ordem política mundial, hegemonizada pelo neoliberalismo, as políticas de turismo passam a ser orientadas por idéias como a auto-regulação do mercado, a ausência de intervenção estatal etc. (como notado em Bursztyn, 2006). Nesse contexto é que se pode avaliar a iniciativa do Governo do Estado da Bahia, que negocia

com uma perspectiva intervencionista, mas que ao mesmo tempo constrói uma posição de desresponsabilização com as políticas de cultura e turismo. Assim, o caso baiano, antes de um caso único, é o efeito localizado de uma lógica nacional e mesmo mundial.

Em Ilhéus, a tentativa de reapropriação do Estado em relação aos grupos afro na perspectiva de criar uma alternativa de desenvolvimento com o turismo se expressa, principalmente, através de duas iniciativas realizadas pelo governo municipal entre os anos de 2000 e 2004. Durante esse período, a Prefeitura Municipal, através da Empresa Municipal de Turismo, a Ilhéustur, criou o carnaval cultural de Ilhéus que se preocupou em trazer os blocos afro de volta para o carnaval local e, também, com a criação do Memorial da Cultura Negra, centro cultural que pretendia agregar os grupos do município e servir como atrativo turístico local durante todo o ano.

No entanto, em Ilhéus e na Bahia de uma forma geral, os investimentos realizados recentemente no setor de cultura visando o desenvolvimento de produtos turísticos diferenciados têm sido avaliados como equivocados por pesquisadores da área. Tais investimentos se ancoram numa lógica de produção de simulacros, de estereotipificação da produção cultural local a partir do investimento em publicidade turística de forma apressada e superficial.

A eleição do turismo como alvo estratégico de governo, a partir do segundo período do governo (Antônio Carlos Magalhães 79/82)¹ significou fazer a cultura ser subsumida pelo turismo, implicando em privilegiar aspectos folclóricos da produção simbólica popular para consumo externo. (ALMEIDA, 2000, p.5).

Essa estratégia de investimento é que causou, no caso de Ilhéus, o fechamento do Memorial da Cultura alguns anos após a sua abertura. Após a percepção, por parte do poder público, de que o referido centro cultural não seria capaz de incrementar o fluxo turístico local, muito em função do não-investimento

1. Informação não contida no trecho citado e acrescentada pelos autores.

da Prefeitura nele, o centro é fechado com a justificativa de que não cumpriu seus objetivos turísticos, embora membros do movimento negro local argumentem que ele cumpria seu papel para o movimento. No caso do Carnaval Cultural, seu término foi ocasionado por questões mais propriamente eleitorais. Criado para ser um espaço alternativo, realizado fora do período de carnaval, buscando atrair turistas interessados mais na cultura do que no entretenimento carnavalesco e privilegiando para isso os grupos afro da cidade, o evento é interrompido com a troca da gestão municipal em 2005. Como os grupos afro locais haviam apoiado no processo eleitoral um grupo diferente do que acabou vencendo as eleições, o fim do Carnaval Cultural foi visto como uma retaliação, ou no mínimo um descompromisso com aqueles que foram adversários eleitorais. No caso dessas duas estratégias de fomento do turismo, além da estereotipificação da cultura local como forma de delinear um produto turístico, a estratégia de investimento do governo da Bahia no setor de cultura com o objetivo de criar uma alternativa para o desenvolvimento falhou também ao investir em cultura sem investir em políticas sociais para os grupos envolvidos na produção cultural. Sabe-se que os grupos – principalmente os grupos afro da Bahia – envolvidos na produção cultural brasileira são majoritariamente oriundos de comunidades pobres. Dessa forma, uma política adequada de investimento no setor cultural deveria forçosamente passar por um investimento em política social para os grupos produtores dessa cultura.

Assim, em Ilhéus, a tentativa de produção de uma alternativa para o desenvolvimento local através da idéia de indústrias criativas fracassa porque o Estado, na tentativa de se reapropriar do investimento em cultura e com isso conseguir retorno através do turismo, tem desenvolvido uma política de investimento mais economicista e liberalizante. A respeito do fechamento do Memorial da Cultura Negra,

um representante do movimento afro-cultural afirma sobre o papel do centro cultural:

[...] para a prefeitura, pro poder público, era mais a questão turística, que fosse um ponto de exibição, de dança, de música, de comidas típicas onde os turistas pudessem chegar lá e ver toda aquela questão da capoeira, enfim. Porém as condições não foram dadas, na verdade as condições necessárias não foram dadas para que esses grupos cumprissem esse objetivo, que na verdade eles não tinham nenhum preparo em suas bases, porque assim, em muitos desses grupos o desespero é muito grande a desqualificação em termos de mão-de-obra ainda é muito grande [...] a prefeitura jamais fez o repasse da verba de manutenção do espaço para o movimento negro como tinha sido acordado. (Entrevistado Movimento Negro)

Assim, ao não investir em políticas sociais para garantir aos grupos não só condições melhores de vida, mas também qualificação profissional para o trabalho com as tecnologias necessárias à distribuição ou exploração das marcas dos seus produtos culturais, o poder público tenta se apropriar dos esforços desses grupos, utilizá-los como produto turístico, sem oferecer qualquer contrapartida no sentido de melhoria de sua realidade cotidiana. Sobre a forma como o poder público trata o investimento no setor cultural, um representante do movimento negro de Ilhéus afirma:

[...] eles não tomam as devidas providências para poder fazer uma melhor distribuição de renda, para ter uma política pública voltada para determinado segmento, para determinada área, para determinada população. Então eles querem ter sempre aquele pessoal, que eles tenham controle sobre aquele pessoal porque no futuro eles vão precisar daquele pessoal né, de 4 em 4 anos tem política né. (Entrevistado Movimento Negro)

Assim, existe ainda a consideração, por parte do movimento negro da cidade, que o investimento em cultura e numa proposta alternativa de desenvolvimento turístico tem muito

de moeda de troca eleitoral. Nesse sentido, a Prefeitura negociaria o apoio eleitoral e político desses grupos, que tem papel significativo nas eleições locais, em troca de investimentos no setor cultural, e, em seguida, abandonaria os investimentos após a eleição. Além da questão das prioridades de investimento público e os setores que serão trabalhados, se tem outra questão político-administrativa que interfere na viabilidade do formato de indústrias criativas como modelo de desenvolvimento em Ilhéus: a questão de escala.

No caso de Londres, ou mesmo no caso de Salvador, estão sendo tratadas capitais de um país e de um estado respectivamente, com economias e populações muito maiores do que a de Ilhéus. A partir disso, têm-se uma questão de escala, uma vez que Ilhéus tem um mercado consumidor, tanto de moradores locais quanto de turistas, muito menor do que o de Londres e mesmo do que o de Salvador. Para tanto basta verificar os dados da Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia, que apontam um fluxo turístico em Ilhéus da ordem de 293.820 visitantes/ano e, para Salvador, de 2.280.530. Tais números, se colocados em conjunto com as populações de cada cidade – 221.110 em Ilhéus e 2.673.560 em Salvador –, demonstram que as diferenças de escala e de tamanho dos mercados torna a questão do desenvolvimento desigual para cada uma dessas cidades. Ainda deve-se destacar o fato de que Ilhéus ainda mantém várias características de município rural, ao contrário de Salvador. Sobre essa questão de escala, mesmo os dirigentes do movimento negro local concordam que uma saída para Salvador não pode ser uma saída para Ilhéus, ao menos através da mesma estratégia de desenvolvimento.

Salvador, um movimento que hoje já tá, ganhou uma dimensão bem maior, mas porém sofre as mesmas dificuldades que o movimento negro em Ilhéus, porque tem o Olodum, o Ilê com toda a mídia, com toda uma coisa, mas tem lá cente-

nas de grupos que passam dificuldades até piores que os grupos daqui de Ilhéus. Então, não é querer copiar o Olodum, entendeu, que faz sucesso aí que é hoje uma grande marca a nível mundial para querer colocar isso para a realidade local que é totalmente diferente entendeu.”
(Entrevistado Movimento Negro)

Dessa forma, ainda que se perceba que, mesmo no caso de Salvador, um modelo de desenvolvimento não serve para toda a cidade, pois o mercado é exíguo também na capital, o dirigente destaca que uma solução para Salvador não pode ser aplicada a uma realidade completamente diferente. As diferenças existentes entre Ilhéus e Salvador não dizem respeito apenas ao tamanho das cidades e de seus mercados consumidores, mas também à diversidade de seus processos históricos específicos que resultam, por exemplo, nas características rurais que Ilhéus ainda hoje preserva.

Dessa forma, o investimento do Estado em setor que se pretendia auto-sustentável, no caso de Ilhéus, acaba por prejudicar a própria sustentabilidade em longo prazo, uma vez que os esforços se concentram em tentativas de formatação e apresentação para o turismo. Assim, a possibilidade de sobrevivência em longo prazo fica diminuída se comparada ao investimento que poderia ser mais bem empregado em políticas sociais que servissem de sustentáculo para a atuação dos grupos locais.

Dessa forma, os próprios grupos terminam dividindo seus esforços na frente artística e também no formato ONG, trabalhando com políticas sociais de atendimento à população carente de seus bairros de origem.

Considerações finais

A partir do estudo do caso relativo ao desenvolvimento do movimento afro-cultural de Ilhéus e sua relação com o modelo de indústrias criativas e com as novas ONGs na criação de um modelo de desenvolvimento turístico local

para a Bahia, e para Ilhéus em específico, podem ser retiradas algumas lições em relação ao desenvolvimento de cidades interioranas. A primeira questão a ser observada é a da gestão centralizada, que operacionaliza um modelo de desenvolvimento sem estruturas de poder local que façam a mediação da política estadual para uma realidade local. Em função desse problema estrutural, que ainda limita a gestão pública de alguns estados brasileiros, percebe-se que a aplicação de modelos desenvolvidos fora de uma realidade local no sentido do seu contexto histórico, econômico, cultural, social e político quase sempre provoca resultados ineficientes. Em outras palavras, um modelo de desenvolvimento de bairros de negros em Salvador utilizando blocos afro como indústrias criativas não pode ser aplicado a uma cidade do interior da Bahia sem as devidas mediações e também sem que se observe as diferenças no que diz respeito à escala do mercado consumidor, tanto interno, quanto externo.

Outra conclusão que pode ser tirada da experiência de Ilhéus relativa ao modelo da indústria criativa diz respeito à questão do investimento. A indústria criativa como concebida a partir do modelo inglês diz respeito a organizações culturais auto-sustentáveis e que atuam sem o investimento do Estado como sustentáculo. No entanto, no caso brasileiro, deve-se destacar, em primeiro lugar, que, tendo em vista o ainda baixo desenvolvimento econômico, um mercado interno consumidor de produtos culturais ainda é muito pouco significativo.

Dessa forma, as organizações ainda dependem do estímulo governamental para continuar em funcionamento e para resolver problemas de distribuição de renda na população protagonista da experiência. Portanto, o formato desse investimento também deve ser questionado, principalmente em relação aos grupos estudados, tendo em vista sua origem em bairros pobres e de população negra. Desse modo, os grupos poderiam não apenas ser

potencializados como forma de gerar desenvolvimento econômico e ganho de mercado, mas também como vetores de políticas sociais para atendimento de suas comunidades de origem através de parcerias entre o Estado e esses próprios grupos.

Nota-se também que o exemplo do caso de Ilhéus permite perceber que o investimento em turismo deve ser pensado a partir da questão da sustentabilidade como pré-requisito. Assim, a grande dificuldade para o investimento nos grupos afro como indústrias criativas explorando sua atratividade turística é a falta de condições para a manutenção desses grupos no mercado sem a adequada qualificação profissional e de suas condições de vida, com investimento em educação, saúde, moradia, transporte, entre outros. Assim, alijados da atenção do Estado como sujeitos históricos e políticos, os grupos afro não encontram condições de se colocar no mercado turístico e nem de se sustentar nele, mesmo numa posição periférica. Também se pode notar, no caso de Ilhéus, a acentuação da lógica neoliberal e o tratamento dos grupos culturais como instrumentos para a consecução de políticas de turismo e não como grupos cuja finalidade é sua vocação cultural e política.

Por último, através da análise das questões relacionadas aos novos movimentos sociais e também das novas ONGs, percebeu-se em primeiro lugar que o processo social de proliferação de ONGs – ou processo de “onguização” da sociedade civil – se reproduz também em pequenos municípios do interior e é uma tendência da sociedade brasileira. A partir dessa constatação teórica e empírica, pode-se perceber que a tendência ao esgotamento da noção liberal de sujeito político parece ser a tônica da sociedade atual, com o surgimento dos novos movimentos sociais e novas ONGs a partir da perspectiva da identidade e da diferença. Percebe-se, em contrapartida, que esses novos movimentos e principalmente as novas ONGs negociam perigosamente com a lógica em-

presarial e com o clientelismo, levando a se recomendar a esses grupos sociais, inseridos numa realidade de exclusão econômica, a enfrentar esse desvio de caminho para bem da construção de uma alternativa diferente da realidade que os fez nascer.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, G.W. Estado, televisão e construção de identidade na Bahia. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Anais do XXIII**, Manaus: 2000. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/paper/xxiii-ci/gt09/art-gt009.html>>. Acesso em: 07 jul. 2005.
- BENI, M.C. **Análise Estrutural do Turismo**. 3.ed. revista e ampliada. São Paulo: Editora Senac, 2000.
- BURSZTYN, I. A influência do ideário neoliberal na formulação de políticas públicas de turismo no Brasil. In: **Caderno Virtual de Turismo**, v.3, n.4, p.7-12. Acesso em: 04 nov. 2006.
- GOHN, M.G. **Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos**. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- _____. **Mídia, Terceiro Setor e MST. Impactos sobre o futuro das cidades e do campo**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (IBGE). Censo Demográfico Nacional,

Seção Cidades. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>.

PINTO, C.R.J. **O sujeito insuficiente: a dupla face do esgotamento do sujeito político no fim do século XX**.

RICCI, S. **Indústrias Criativas e Educação e Treinamento**. Disponível em: <<http://www.britishembassy.gov.uk/servelet/Front?pagename=OpenMarket/Xcelerate/ShowPage&c=Page&cid=1070038600959>>.

RISÉRIO, A. **Carnaval Ijexá. Notas sobre afoxés e blocos do novo carnaval afrobaiano**. Salvador: Corrupio, 1981.

SILVA, A.C.C. **Agenciamentos coletivos, territórios existenciais e capturas**. Tese (doutorado). Museu Nacional: UFRJ, 2004.

SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO DO ESTADO DA BAHIA. (SCT). **Relatório sobre o turismo na Bahia**. Disponível em: <<http://www.sct.ba.gov.br/estatisticas/tabelas.asp#>>.

WARNIER, J.P. **A Mundialização da Cultura**. Lisboa: Editorial Notícias, 2000.

Cronologia do processo editorial:

Recebimento do artigo:	17-mai-2007
Envio ao parecerista:	28-mai-2008
Recebimento do parecer:	08-jun-2008
Envio para revisão do autor:	10-jun-2008
Recebimento do artigo revisado:	26-jun-2008
Aceite:	26-jun-2008